

MAPEANDO O DEBATE SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM AS PROPOSTAS SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA NOVA INSTÂNCIA DE PACTUAÇÃO

Pedro Arthur de Miranda Marques Pontes

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <pedroarthurmarques@hotmail.com>.

Elaine Cristina Licio

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea. *E-mail*: <elaine.licio@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2599>

A promulgação de uma lei complementar para disciplinar as relações federativas na política educacional brasileira, na forma de um sistema nacional, constitui uma oportunidade ímpar para que os entes federados se aproximem da concretização do mandato constitucional de garantir educação de qualidade em todo o território nacional, mitigando desigualdades regionais. Nesse contexto, a agenda do Sistema Nacional de Educação (SNE), atualmente, é uma das principais iniciativas para dar forma ao regime de colaboração, junto às propostas de reestruturação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em geral circunscritas ao financiamento da política.

Em anos recentes – sobretudo desde a aprovação do vigente Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014 –, a reivindicação pela institucionalização de um sistema nacional de educação ganhou fôlego na agenda legislativa brasileira. Desde então, diversos projetos de lei têm sido apresentados no Congresso Nacional. A pauta de implementação do sistema também tem sido discutida por atores relevantes no âmbito do Executivo, além de encontrar eco junto a organizações que representam agentes do campo educacional. Instituições da sociedade civil, como é o caso do Movimento Colabora Educação, da mesma maneira, têm ressaltado a necessidade de um arcabouço institucional que dê materialidade ao regime de colaboração para efetivamente dar forma ao SNE.

Embora haja uma sinergia crescente no sentido de finalmente estabelecer o SNE – pauta que, diga-se, faz parte da agenda dos reformadores da educação brasileira desde pelo menos a década de 1930 –, existe ainda um horizonte de incertezas quanto ao

que esse sistema deve concretizar e qual deve ser a sua forma institucional. Como argumentamos neste *Texto para Discussão*, o estabelecimento do regime de colaboração não representa desafio político trivial: implica mudanças profundas na governança da política educacional, sobretudo no que diz respeito à autonomia de que gozam os entes na gestão e na formulação e implementação de políticas próprias.

Tendo em vista esses desafios, este trabalho analisa as propostas apresentadas por diversos atores institucionais para a criação do SNE, com o objetivo de identificar tanto os principais pontos de consenso como as diferentes posições institucionais e os “nós” dessa agenda. Nossa ênfase se dirigiu ao papel das instâncias permanentes de pactuação – órgãos que, no âmbito do SNE, teriam o papel de construir, de maneira pactuada entre os entes federados, as ações referentes ao regime de colaboração. Quando pertinente, destacamos as similaridades dessas instâncias com relação àquelas existentes nas políticas com sistemas únicos (saúde e assistência social), procurando ressaltar também as peculiaridades da política educacional.

Ainda que seja significativa a convergência entre as propostas em torno de uma instância permanente de pactuação federativa, com a representação dos três níveis de governo, alguns pontos permanecem distantes de serem pacificados. Um deles é o papel das instâncias na definição das ações supletivas da União. Outro ponto consiste na implementação de parâmetros nacionais de qualidade na forma do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que alteraria o padrão de financiamento da política, sobretudo quanto às atribuições da União. Concluímos que, embora nunca chegado tão próxima de ser aprovada, ainda não se deu na agenda do SNE

Texto para Discussão

a articulação em torno de consensos claros em tópicos estratégicos, o que se manifesta na multiplicidade de propostas apresentadas com distintas perspectivas sobre aspectos sensíveis da política.

